

A formação continuada de professores do Ensino Curricular de Música na Rede Municipal de Educação de Florianópolis: ampliando territórios

Waleska Regina Becker Coelho De Franceschi
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
waleska.pmf@gmail.com

Rose de Fátima Pinheiro Aguiar e Silva
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
Universidade do Estado de Santa Catarina
rfpasilva@hotmail.com

Claudia Roberta Yumiko Tristão
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
claudia.tristao@prof.pmf.sc.gov.br

Rafael Martins Gonçalves
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
Universidade do Estado de Santa Catarina
rafael.goncalves@prof.pmf.sc.gov.br

Rodrigo Cantos Savelli Gomes
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
rodrigo.cantos@prof.pmf.sc.gov.br

Simpósio

Resumo: Desde 1998, na Rede Municipal de Educação de Florianópolis, a formação continuada dos professores de música é entendida pelos gestores neste âmbito municipal, como parte integrante e essencial no processo de transformações das práticas pedagógicas, bem como, no enfrentamento dos desafios no campo da educação na atualidade. Sendo assim, este simpósio tem por objetivo socializar ações de implementação da formação continuada em serviço dos professores de música nestes últimos vinte anos, abrangendo as ações formativas entendidas como centralizadas e descentralizadas, seus desdobramentos curriculares, e as articulações com a instituição superior de formação inicial. Destacamos proposições que contribuem na consolidação desta linguagem como área de conhecimento curricular, que fortaleçam o posicionamento dos docentes como professores e pesquisadores e que colaboram na ampliação de territórios educativos na trajetória desta área de docência. Deste longo percurso, queremos ressaltar algumas experiências significativas da formação continuada, no âmbito da interdisciplinaridade e dos conteúdos específicos do ensino de música. Buscamos, a partir desta experiência

municipal, contribuir para que o Ensino Curricular de Música continue conquistando espaços significativos nas escolas brasileiras, seja nos âmbitos municipais, estaduais e federais. Ademais, a socialização desta trajetória e das experiências desenvolvidas nas escolas de Educação Básica pode tornar-se subsídio para novos implementos educacionais e formativos na área de música, e também como material de pesquisa para complementação do que já vem sendo realizado em outras cidades brasileiras de acordo com os atuais orientações legais.

Palavras-chave: formação continuada; universidade e escola; interdisciplinaridade.

A Formação Continuada dos professores do ensino curricular de Música: compartilhamento de uma experiência municipal

Waleska Regina Becker Coelho De Franceschi
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
waleska.pmf@gmail.com

Rodrigo Cantos Savelli Gomes
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
rodrigo.cantos@prof.pmf.sc.gov.br

Resumo: Este relato apresenta reflexões sobre a formação continuada dos professores no processo de implementação do Ensino Curricular de Música no âmbito da Rede Municipal de Educação de Florianópolis, a partir das implicações de um Movimento de Reorganização Didática que teve início em 1997. Buscamos, com isso, socializar os diferentes desdobramentos formativos que incluiu a participação de gestores, professores, artistas e pesquisadores, assim como as ações pedagógicas coletivas no contexto da educação musical.

Palavras-chave: formação continuada; ensino curricular de música; gestão pública.

Introdução

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 20 de dezembro de 1996 aconteceu uma série de modificações no cenário educacional brasileiro, especificamente para as Artes, com a mudança de nomenclatura – de Educação Artística para Arte – associada aos parâmetros de cada uma das linguagens artísticas.

A Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, na qual estamos inseridos como professores de Artes, após a implantação da LDB de 1996, assim como outras instâncias educacionais, conduziu encaminhamentos que favorecessem a adequação às necessidades deste contexto. Para atender esta demanda, teve início, em 1997, o MRD - Movimento de Reorganização Didática da Educação Básica, num amplo processo de discussão com a Rede Municipal de Ensino, por iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina.

A Secretaria Municipal de Educação, nesta gestão (1997-2000), tinha em seu

objetivo geral, a proposta de “desenvolver processos educativos que viabilizem a elevação do nível de conhecimento da população florianopolitana”. Foi a partir deste argumento central que o movimento foi instaurado. No primeiro seminário de 1997, foram firmadas três grandes diretrizes: a democratização do acesso e da permanência; a democratização da gestão; e a democratização do conhecimento.

Este Movimento de Reorganização Didática, enquanto política de gestão representou um divisor de águas no ensino de Artes, pois em 1998 possibilitou a implantação do ensino curricular de Artes com habilitações específicas, através de concurso público, nas escolas da Rede Pública Municipal de Educação. Até então, o ensino de artes só acontecia nas especificidades através de projetos, forma extracurricular e sem seguridade de continuidade com as mudanças de gestores.

Atualmente, a Rede Municipal de Educação de Florianópolis possui em seu quadro de docentes 106 professores de Artes, os quais atuam no ensino curricular em 37 escolas do Ensino Fundamental. Dentre os quais, 23 professores de Música, 14 de Teatro, 6 de Dança e 16 de Artes Visuais. Os demais professores efetivos estão de licença aperfeiçoamento ou designados para outras funções, e ainda, neste total estão incluídos os professores substitutos que são contratados por tempo determinado.

Está explícito nos documentos municipais o entendimento de que a formação continuada dos profissionais da educação é parte integrante e essencial no processo de mudanças e inovação das práticas pedagógicas, bem como, no enfrentamento dos desafios no campo da educação na atualidade. A formação continuada é garantida com a inserção da hora atividade em tempo e remuneração para todos os professores, independente do processo de constituição do vínculo empregatício.

Este trabalho é escrito na representatividade de um coletivo educacional, apresentando textualmente o entendimento e a construção por vezes publicada nos documentos curriculares, ou socializado na oralidade ou ainda repercutido em diferentes grupos de pesquisa. É imperativo dizer que o grupo de professores de Artes e especialmente os professores da área de Música se fazem presentes na escrita de todas as formulações documentais destes últimos 20 anos desta Rede Municipal de Educação de Florianópolis e nas atividades docentes que se pretendem fomentar a continuidade dos

processos formativos de profissionais da educação principalmente no âmbito artístico.

Convém salientar que, para garantir a formação continuada como política, o município legitima esta proposição, através de documentos que garantem a organização geral, em termos de tempos e espaços formativos, recursos financeiros, consultorias externas, publicação de documentos, realização de eventos, garantia de licença remunerada para estudos, dentre outros, possibilitando o desenvolvimento do processo formativo.

No entanto, não é possível pensar e organizar a formação continuada somente com o intuito de aprimorar a formação de cada um dos profissionais, pautado em estudos dos conteúdos científicos da área, sem que a formação continuada esteja atrelada a um compromisso bem mais alargado com vistas à formação cidadã. Ou seja, é necessário um entendimento interdisciplinar que fomente a transformação e redimensione o fazer pedagógico, a composição dos espaços e tempos escolares, dentre outros aspectos. Conforme está pontuado no documento: *Desafios Metodológicos para a Formação Continuada dos/das Profissionais de Educação,*

Para lograr tal intento, é necessário romper com os modelos tecnicistas de formação que fazem com que os profissionais assumam uma condição de passividade e pouca reflexividade em suas práticas educativas, se tornando meros executores do currículo. Reconhecer que cada profissional é fundamental para o sucesso da formação é um imperativo, o que implica em assegurar a efetiva participação nas definições e decisões de todo o processo de formação, pois são os professores que possibilitam, a partir da problematização da realidade, emergir as demandas e o pensar coletivamente alternativas de solução (op. cit., 2016).

Neste contexto, faz-se necessário a constante reelaboração das práticas de formação continuada, onde se propiciem também momentos em que os profissionais da educação possam se encontrar e juntos apreenderem com o compartilhamento de suas experiências e estudos pessoais. Com isso, busca-se que o momento não se configure apenas em relatos de experiências, mas que oportunize a experenciação de atividades, técnicas e o exercício laboratorial de pesquisa-ação em Artes para a criação de novas possibilidades curriculares e de reorganização da escola.

Neste âmbito, desde o Movimento de Reorganização Didática em Florianópolis, os professores de Música, assim como os demais profissionais da educação, são sujeitos da constituição de formação continuada que no decorrer dos anos tem se consolidado. Sendo assim, a formatação e constante reestruturação são resultantes dos

posicionamentos e das concepções pedagógicas deste coletivo de professores. Cada experiência derivada do cotidiano escolar, das reflexões sobre os projetos pedagógicos desenvolvidos nas unidades educativas e ainda, pelos estudos pessoais que os docentes realizam. Tudo isso favorece as discussões coletivas que se converte em fontes de aprendizagem e conhecimento.

Os cursos formativos considerados complementares para a atuação docente, no espaço organizado pela Secretaria de Educação Municipal se constituem como importante possibilidade de construção do conhecimento para os profissionais, no entanto, a formação continuada é constituída também por outros espaços e por outros tempos formativos que vão sendo estabelecidos em um processo interativo, contínuo e dinâmico.

O reconhecimento que não existe uma só forma para a construção de uma postura colaborativa e investigativa na formação continuada é o que nos move enquanto coletivo de professores de Artes a socializar a realidade profissional em que estamos inseridos e no qual participamos efetivamente das construções formativas. Neste contexto, conforme o documento Desafios Metodológicos para a Formação Continuada dos/das Profissionais de Educação, são consideradas redes de formação continuada:

- os cursos de formação organizados pela Secretaria Municipal de Educação nas modalidades presenciais e à distância;
- as formações realizadas nas unidades educativas;
- a socialização das boas práticas pelos/pelas profissionais da educação, especialmente em seminários, fóruns, congressos, cursos diversos e através da publicação de artigos, revistas, dentre outros;
- a formação individual dos/das profissionais em cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) ou até mesmo através da participação em palestras e seminários, a leitura de livros, o acesso ao teatro e ao cinema, dentre outros importantes espaços para refletir sobre sua prática e aperfeiçoar sua formação;
- a experiência educacional com os estudantes;
- a realização do Congresso de Educação Básica (COEB) que tem como objetivo promover a interlocução, o compartilhamento e a construção de conhecimento entre os/as profissionais da educação.

Diante do exposto, podemos afirmar que os encontros de formação continuada podem ser destacados como um dos pontos fortes na consolidação do ensino de Música, pois a partir de encontros regulares, os professores dialogam, trocam experiências, aprimoram suas práticas e se atualizam sob o ponto de vista pedagógico e artístico.

A construção formativa em música

No grupo de professores de Música que atua neste âmbito municipal, todos possuem licenciatura em Música, muitos continuam produzindo artisticamente para além das fronteiras educacionais e vários tem pós-graduação com mestrado e doutorado. Sendo assim, estes professores têm vivenciado o desafio de formação docente que possibilite esta concepção de professor artista pesquisador.

Portanto, como os professores deste componente curricular possuem o diferencial de serem professores, artistas e pesquisadores, a formação continuada também se constitui em um importante espaço para elaboração de pesquisas, criações artísticas coletivas e práticas de grupo. Sendo assim, em diferentes períodos os professores utilizam estes momentos coletivos para ensaiar os repertórios de cada área específica e potencializar a criatividade na experimentação de técnicas e possibilidades de composição. Ademais, os encontros de formação continuada também possuem a característica do exercício da experiência estética, incluindo o âmbito do espaço físico ocupado para este fim. Destarte, os encontros são planejados para acontecerem em estúdios, museus, teatros, galerias, cinemas e escolas constituídas para a finalidade específica de formação profissional artística, visando a contínua participação nos movimentos artísticos da cidade e a ampliação e fortalecimento do repertório linguístico dos professores.

Os encontros regulares de formação continuada têm propiciado a inserção dos professores de Música, assim como os das demais linguagens artísticas, nos diversos encaminhamentos que afetam diretamente o currículo escolar. Um exemplo dessa inserção está na participação efetiva dos professores nos processos de discussão, elaboração e revisão das propostas curriculares em diferentes momentos.

No ano 2000 foram disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação publicações referentes ao Movimento de Reorganização Didática. Parte dos textos dessas publicações incorporam os resultados de discussões realizadas pelos professores de Música, enfatizando as especificidades da área artística, construindo, gradualmente as concepções para esse

ensino e o aprimoramento das ações referentes ao ensino de Música nas escolas.

Em 2008, uma nova proposta de revisão curricular foi apresentada como resultado de discussões para o aprimoramento das ações curriculares, tendo em vista, inclusive, o estabelecimento legal do Ensino Fundamental de nove anos, o que demandou nova reorganização curricular e a publicação de relatos de experiência dos professores.

O ano de 2011 representou mais uma etapa importante para o ensino de Música no município. Nesse ano ocorreu a publicação de um livro com propostas de atividades, iniciativa de quatro professoras de Música e com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, intitulada *O Ensino Curricular de Música – Uma Proposta de Atividades*. Neste período ocorreu também outro movimento de construção de uma matriz curricular, organizada pelos assessores pedagógicos em conjunto com os professores de cada componente curricular. O documento curricular que ficou caracterizado como ‘proposta em construção’, apesar de não ter sido publicado, foi socializado em toda a Rede Municipal de Educação. Para a área de Música, esse documento em construção adquiriu uma dimensão identitária devido à construção coletiva. Os planejamentos de aula passaram a ter como referência central as diretrizes dispostas nesse documento, de modo que os próprios professores efetivos de Música continuam socializando o documento com os demais professores que vem ingressando nas unidades educativas.

Em 2013, o ensino curricular de Artes foi ampliado para atender também os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A partir de então, ensino de Artes acontece em todas as unidades educativas do Ensino Fundamental no âmbito das escolas municipais e esta abrangência ocasionou novos desafios pedagógicos para a área de Música, entre os quais, a revisão da proposta curricular que elaborada coletivamente em 2011 destinada apenas os Anos Finais. A conquista da hora-atividade para os pedagogos desencadeou a pluridocência nos Anos Iniciais, com o professor de 1º ao 5º ano compartilhando seu tempo na turma com o professor do Laboratório de Ciências, do Laboratório de Informática, de Educação Física, das Artes, Língua Estrangeira e com o professor Auxiliar de Ensino. Essa realidade criou uma nova demanda, focada especialmente no ensino das Artes para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e fazendo emergir no grupo de professores de Música a necessidade de estudos sobre as concepções atinentes à *criança* e à *infância*, assim como,

discussões sobre a necessidade de uma organização pedagógica atenta à ressignificação e reorganização curricular nos primeiros anos escolares.

Em 2016 a gestão municipal, organizou a publicação de Diretrizes Curriculares e de Matrizes Curriculares através de Cadernos Norteadores e realizou formações específicas para organização de matriz de referência objetivando a padronização do processo de Avaliação Educacional em Larga Escala, que inclui no componente curricular Artes a área de Música. Com o discurso de que as Avaliações Externas vêm se consolidando nacionalmente nos últimos anos como indutoras de políticas públicas, esta referida Rede Municipal de Educação, utilizava uma avaliação em Larga Escala que foi implantada em 2007 para todas as áreas do conhecimento nos anos finais e que principiou com a metodologia TCT (Teoria Clássica do Teste) e que gradativamente seria migrada para a metodologia TRI (Teoria de Resposta ao item). Porém na atual gestão municipal, não houve continuidade da prática de elaboração e de efetivação deste instrumento de avaliação atendendo as solicitações da maioria dos professores do corpo docente.

Foram realizados diversos eventos e seminários com o intuito de socializar as práticas do ensino de Música desde 1998, fortalecendo os processos de formação continuada. Muitos desses encontros educacionais foram organizados por diferentes assessores, porém o destaque está nos seminários de Música propostos pelos próprios professores, que motivados pelas reflexões originadas no Congresso da ABEM realizado em Pirenópolis, iniciaram a organização coletiva destes seminários. Desde então, tem sido uma ação formativa já agendada no calendário anual buscando ampliar as parcerias, com a participação de profissionais e pesquisadores de diferentes universidades e associações.

O I Seminário de Educação Musical da Rede Municipal de Ensino, com a temática: “O Ensino Curricular de Música na RME: Interfaces na Prática da Linguagem Musical”, aconteceu no dia 21 de outubro de 2014 e apresentou na programação uma mesa redonda intitulada “Ensino de Música – Diálogos e Interações”, contando com a participação de dois professores doutores que acompanham a trajetória do ensino de música neste âmbito municipal e uma professora mestre responsável pelos estágios de docência da Universidade Estadual. Este I Seminário contou com a apresentação artística de um grupo de professores e de grupos de alunos de duas Escolas Básicas da Rede Municipal de

Educação, além de seis relatos de experiência dos professores de Música, com os títulos: “Experiência de Brincar com o Fazer Artístico”; “Possibilidades de Performance Musical”; “Música nos Anos Iniciais”; “Experiência no PIBID Interdisciplinar”; “Rap na Escola”; “Interdisciplinaridade nos Anos Finais”.

O II Seminário de Educação Musical da RME que aconteceu no dia 12 de novembro de 2015 foi organizado com o objetivo de proporcionar aos professores de música da Rede Municipal de Ensino diálogos com profissionais diversos, como universitários, gestores, professores de outras redes para discutir e avaliar o trabalho de educação musical que acontece desde 1998, de forma curricular nesta rede de ensino. Sendo assim, o II Seminário teve como temática: “Da escola à Universidade: Desenvolvimento de Parcerias para Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão”. Para este seminário a mesa redonda foi organizada com professores doutores da Universidade Pública Estadual e de uma Universidade Particular localizada em outro município. O evento teve apresentação artística de um grupo representativo dos professores de música, e o número de relatos ampliou apresentando os seguintes títulos: “O que os estagiários podem oferecer à escola”; “Ensino de Música na EJA”; “Conhecendo e escutando o continente africano”; “Professor Compositor: a música da escola”; “Música, aventura, mágica e diversidade nos Anos Iniciais”; “Ritmos e Batucadas: as baterias das Escolas de Samba do Município”; “Vamos brincar de compor?”; “Experiências com criatividade na educação musical curricular”; “Do silêncio ao aplauso: o que é fazer música?”; “Novas e velhas formas de ouvir música”; “Sustentabilidade: projetos integrados entre mídias e a educação musical”; “Oficina de canto coral no Programa Mais Cultura nas Escolas ; Histórias e Sons”.

Já o III Seminário de Educação Musical aconteceu no dia 6 de junho de 2016, com a temática: “Considerações sobre Documentos Normativos e Referenciais para o Ensino da Música”, com o objetivo de refletir sobre a elaboração e publicação da Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação em paralelo à construção da Base Curricular Nacional Comum, ponderando sobre a importância de tais documentos, suas consequências nas práticas pedagógicas dos professores de música da rede, os resultados esperados na aprendizagem dos alunos e os impactos no cotidiano escolar. Sendo assim, o III Seminário contou com a presença de professores doutores na área de Música sendo

um representante da diretoria da ABEM, um representante de Universidade de outro Estado e um consultor e representante da Universidade Estadual. Os relatos de experiência foram organizados para serem publicados e os títulos apresentados foram: “Dane-se a Fobia: Construindo a Diversidade por Meio da Música – Notas sobre relação de gênero, sexualidades e música em uma escola pública”; “Educação Musical: Autoria e Protagonismo”; “A abordagem Interdisciplinar no Ensino Curricular de Música: A Percepção dos Educadores Envolvidos no Projeto Regiões Brasileiras”; “A música como Experiência nos Múltiplos Contextos de Atuação da EJA”; “O Funck Brasileiro nas Aulas de Música Curricular: Processos de Ensino e Aprendizagem em uma Turma do 6º ano do Ensino Fundamental”; “Ensino e Aprendizagem Musical: uma Investigação sobre Conteúdos Curriculares em Música a partir do livro Felpe Filva de Eva Funari”.

Além dos Seminários, o grupo de professores de Música em diferentes momentos durante esta trajetória de 20 anos tem organizado repertórios e ensaiado tanto para apresentações dos professores, quanto com um grupo representativo de alunos da Rede Municipal. Estas apresentações com alunos por demandarem uma logística de gravação em estúdio com playback, ensaios coletivos, transporte e alimentação, acabam ocorrendo no final do ano, e a cada ano um número maior de escolas tem se disponibilizado a participar desta experiência de canto coral.

O grupo de professores também organizou em 2011 e 2012 duas Mostras de Música em parceria com a Fundação de Cultura Municipal, com a apresentação dos processos educacionais musicais e suas diferentes propostas, para a Comunidade Escolar e para a própria Rede Municipal, onde os alunos tiveram a oportunidade de apreciar e apresentar os processos de educação musical de cada unidade educativa representando os diferentes contextos. Estas Mostras de Música aconteceram no Teatro do Município e foram organizadas com apresentações em dois dias consecutivos.

Esses e outros momentos são concebidos como espaços e tempos formativos conquistados e instituídos que envolvem todos os professores de música da Rede Municipal de Educação e requer uma efetiva articulação entre a experiência, o compromisso político de ensinar e o desejo de promover mudanças curriculares que assegurem a socialização e a construção dos conceitos e conteúdos específicos de Música. Além disso, é

necessário ter claro o que se deseja alcançar com a formação ofertada no Ensino Fundamental, de modo a definir o que é relevante e que deve ser oportunizado ao longo desse percurso formativo.

Considerações finais

As ponderações sobre a trajetória da formação continuada dos professores de música no Ensino Curricular de Música no âmbito municipal, apresentadas ao longo deste documento, evidenciam aspectos a serem pensados quanto aos desafios desse processo contínuo de aprimoramento da educação pública na área de música.

O que se conclui desta experiência de formação continuada é que tem sido fundamental o exercício coletivo objetivando a prática curricular. Portanto, este movimento formativo precisa ser socializado e repensado com outros professores artistas pesquisadores de outras regiões do país para que ações mais amplas sejam realizadas, sempre tendo em vista as demandas de cada momento histórico e de cada situação contextual.

O processo de formação continuada na RME tem sido um foco importante da administração da educação municipal, contribuindo com a qualidade do ensino. Os professores são convidados a refletirem continuamente sobre suas abordagens pedagógicas nas diversas ações que envolvem a formação continuada, o que permite um constante processo de revisão de suas próprias práticas, considerando as demandas que se apresentam em seus contextos educacionais. Porém a configuração desta formação continuada que vem se transformando ao longo do processo de implementação curricular do ensino de música neste contexto municipal, foi e está sendo construída pelos próprios professores que são atuantes politicamente e que se posicionam nas lides educacionais bem como nas articulações teóricas e redimensionamentos conceituais para atenderem a demanda advinda dos estudantes. Pensamos que é necessário divulgar as intencionalidades dos processos para fomentar questionamentos críticos e que, apesar das fragilidades, são os sonhos as molas propulsoras para o surgimento das transformações.

Referências

AGUIAR E SILVA, Rose de Fátima Pinheiro...[et. al]. O Ensino Curricular de música: uma proposta de atividades. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2001.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *O Movimento de Reorganização Didática: Instaurando uma nova práxis no Ensino Fundamental*. SME, Florianópolis, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Proposta curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Florianópolis, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Matriz Curricular Arte*. Ensino Fundamental de 09 anos. Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Florianópolis. 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Desafios Metodológicos para a Formação Continuada dos/das Profissionais de Educação*. SME, Florianópolis, 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Proposta curricular da rede municipal de ensino de Florianópolis*. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2016.

Educação musical no ensino curricular de música: um projeto com abordagem interdisciplinar no contexto da escola pública

Rose de Fátima Pinheiro Aguiar e Silva
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
Universidade do Estado de Santa Catarina
rfpasilva@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem por finalidade apresentar um recorte de uma pesquisa de mestrado realizada no contexto da escola básica, envolvendo professores e equipe pedagógica em um projeto interdisciplinar com duas turmas dos sétimos anos na Escola Básica Municipal Batista Pereira, em Florianópolis. Para este trabalho serão destacados aspectos da interdisciplinaridade na educação musical tendo como referencial Penna (2006), Lima (2007) e Fucci Amato (2010) e todo o processo de realização e desdobramentos do projeto durante o ano letivo. Para alcançar os objetivos da pesquisa foi utilizada abordagem qualitativa e o método da História Oral Temática. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas temáticas semiestruturadas, realizadas com oito educadores que participaram integralmente da proposta interdisciplinar. Os resultados indicaram que o ensino curricular de música contribuiu para a formação dos estudantes desenvolvendo aspectos como: respeito, trabalho coletivo, responsabilidade, experiências com ritmos diversificados, associação entre o repertório trabalhado e os conteúdos das demais disciplinas, valorização da escola e oportunidade para uma maior integração entre alunos, professores e comunidade escolar.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Ensino Curricular; Educação Musical.

Introdução

A interdisciplinaridade gera várias discussões acerca de seu significado e de sua prática, e essas são questões que permeiam minha atuação como professora de Música desde que comecei a perceber o isolamento e a solidão aos quais, muitas vezes, nos submetemos quando fechamos a porta de nossa sala de aula. Cada professor, centrado em seus conteúdos, trabalhando e planejando sem olhar o todo, sem buscar dialogar com seus pares. O isolamento e a solidão que senti possibilitaram o surgimento de uma certa inquietude, e percebi que poderia propor parcerias na tentativa de construir um trabalho coletivo, no intuito de tornar o ensino curricular de música mais integrado e articulado com

as demais disciplinas.

Em 2014, realizamos um projeto interdisciplinar na escola com o título “Regiões Brasileiras”. A experiência contou com a participação de duas turmas dos sétimos anos, seis professores e três membros da equipe pedagógica. As disciplinas envolvidas eram Música, Geografia, Educação Física, Ciências e História. O projeto durou todo o ano letivo de 2014 e obteve alguns resultados.

Nesse mesmo ano, ingressei no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Artes na UDESC, com o desejo de pesquisar sobre a interdisciplinaridade no intuito de aprofundar o assunto e investigar minha própria prática. Escolhi, então, o projeto interdisciplinar que realizamos na escola em 2014 como o contexto da pesquisa e, como foco, o papel do ensino de música no projeto a partir do olhar dos colegas que participaram comigo dessa experiência.

Sendo assim, o principal objetivo da pesquisa foi conhecer o papel do ensino curricular de música no projeto interdisciplinar “Regiões Brasileiras”, a partir da percepção dos educadores envolvidos. Os objetivos específicos foram: compreender, segundo a percepção dos educadores, os efeitos do ensino curricular de música realizado no projeto interdisciplinar para os alunos envolvidos e para a escola como um todo; identificar os obstáculos e desafios enfrentados pelos educadores durante a concretização do projeto interdisciplinar.

Para o presente trabalho serão apresentados os dados referentes a execução do projeto interdisciplinar durante o ano letivo, ressaltando o planejamento coletivo, a construção das aulas nas diversas disciplinas e os desdobramentos do projeto dentro e fora da escola.

Interdisciplinaridade e educação musical

Na área da Educação Musical, a interdisciplinaridade é abordada, no presente trabalho, por Penna (2006), Lima (2007) e Fucci Amato (2010). As autoras apresentam possibilidades de trabalhos interdisciplinares entre a área de Educação Musical e as demais

áreas, como uma forma de enriquecimento do ensino de música, seja na pesquisa ou na docência.

Penna (2006) destaca que a área de Educação Musical precisa estar em diálogo não só com as outras linguagens artísticas, mas com as ciências sociais, a filosofia, a pedagogia, a história e as demais disciplinas, buscando o diálogo para uma maior compreensão da realidade. A interdisciplinaridade, segundo a autora, não pode estar restrita à pesquisa ou pós-graduação, ela deve estar presente na licenciatura, fazendo parte da formação do educador musical. A proposta não é diluir os currículos perdendo os conteúdos específicos da educação musical. “A ideia é ‘abrir’ esses currículos, estabelecendo pontes de diálogo e de inter-relação” (PENNA, 2006, p.14).

Outra possibilidade, conforme aponta Penna (2006), é a organização e atuação de grupos de pesquisa interdisciplinares no intuito de enriquecer através do diálogo, a formação e a pesquisa na área da educação musical. Segundo a autora, “grupos de pesquisa e extensão interdisciplinares poderiam voltar-se, inclusive, para a educação formal – a educação básica – que também precisa de propostas para trabalhar a diversidade cultural” (PENNA, 2006, p. 41).

Segundo Lima (2007, p. 63), para falar de uma prática musical interdisciplinar, precisamos pensar em um ensino musical que caminhe para um amplo processo de humanização; “sendo assim, problemas importantes da sociedade passariam a gerir as pesquisas musicais interdisciplinares”. Tais pesquisas, segundo a autora, poderiam abordar:

a projeção de um ensino musical que considere de forma integrada o trabalho, a sociedade e a cultura; [...]a análise e inclusão de parcerias direcionadas para o ensino musical; um olhar voltado para as práticas musicais como possibilidade de criação de novos conhecimentos na área; a análise atenta das relações entre a formação do professor e o contexto cultural em que ela intervém; o estudo atento do cotidiano escolar sob uma perspectiva de melhoria do ensino musical; a implantação da pesquisa em todos os setores de ensino musical como projeto social de produção de conhecimento, entre outros (LIMA, 2007, p. 63).

Para Lima (2007), se os trabalhos de pesquisa na área da educação musical caminharem nessa direção, novos valores serão anexados à pedagogia musical, trazendo modificações relevantes para o ensino de música. Esse aspecto da humanização citado por Lima (2007) é a principal característica do pensamento de Paulo Freire, desde suas primeiras obras, perpassando toda sua pedagogia. Segundo Freire (2010, p. 156), “o

diálogo, como encontro dos homens para a ‘pronúncia’ do mundo, é uma condição fundamental para a sua real humanização”. Uma das diferenças entre uma educação dominadora, desumanizante, e uma educação para a liberdade e que caminhe para a humanização, está em que a primeira se constitui em transferência de conhecimento, enquanto a segunda é um ato de conhecer. “Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão”, afirma Freire (2010, p. 32).

A interdisciplinaridade, segundo Fucci Amato (2010), no âmbito da pesquisa e da docência, pode oferecer contribuições relevantes no campo da ciência musical, quando são incluídas contribuições vindas de outras áreas do conhecimento. Muitos campos podem ser explorados na interdisciplinaridade da música e da educação musical, como por exemplo, “os estudos históricos, filosóficos, sociológicos, estéticos, etnológicos, físicos, biológicos, neurocientíficos e tantos outros” (*op. cit.*, p. 43). Para a autora, a música e seu ensino podem ser aprimorados de diversas formas, “transcendendo fronteiras entre artes e ciências e entre ciências exatas, biológicas e humanas” (*op. cit.*, p.43).

A Fucci Amato exemplifica algumas possíveis interações interdisciplinares na educação musical. A autora argumenta que uma das possibilidades pode ser o canto coral e afirma que este “é extraordinária ferramenta para se desenvolver a integração interpessoal, a motivação dos cantores, a inclusão sociocultural e a educação vocal e musical” (*op. cit.*, p. 40). Outra possibilidade de construção interdisciplinar na educação musical é com a sociologia da educação: “Nesse sentido, pode-se construir uma imagem de quem são os alunos de uma sala de aula ou de uma escola de música” (*op. cit.*, p.42). Além de conhecer os interesses musicais dos alunos, essa ação interdisciplinar pode revelar também “históricos familiares, em termos de condição socioeconômica, capital escolar e capital cultural” (*op. cit.*, p.42). Com base nesses dados poderá ser elaborado um plano de ensino. A autora salienta que a música, desde a sua origem, é considerada como um elemento essencial para a formação integral das pessoas, “e hoje são maiores ainda as possibilidades de se desenvolver, no ensino musical escolar, uma grande integração de conhecimentos a partir de uma educação musical que amalgame várias disciplinas do currículo escolar” (*op. cit.*, p. 43).

O projeto interdisciplinar “Regiões Brasileiras”

No início do ano letivo de 2014, no dia 26 de fevereiro, foi realizada uma reunião de planejamento com todos os professores dos sétimos anos, coordenada pela Supervisora dos Anos Finais, conforme previsto no Projeto Político Pedagógico da escola. Essa reunião tinha como objetivo a socialização dos planejamentos e de possíveis propostas de trabalhos com projetos entre os professores. Eu, enquanto professora da disciplina de Música das turmas 73 e 74, lancei a meus colegas a sugestão de trabalhar com um projeto interdisciplinar com o tema das regiões brasileiras, que seria abordado pela disciplina de Geografia. A sugestão foi colocada em forma de convite e cada um ficou livre para participar ou não do projeto. Todos os professores presentes acolheram a ideia, e o passo seguinte seria a elaboração do projeto com seus objetivos, justificativa e a especificação do que cada disciplina abordaria enquanto conteúdo relacionado com o tema das regiões brasileiras. Inicialmente, o projeto contou com a participação da Supervisora, dos professores de História e Geografia, e das professoras de Educação Física, de Ciências e da professora responsável pela Sala Informatizada¹. Com o transcorrer do ano letivo, a Orientadora e a Diretora também passaram a atuar diretamente na realização da proposta interdisciplinar. Outros dois professores, de História e de Inglês, mesmo não sendo professores das turmas envolvidas, colaboraram com a parte musical do projeto, acompanhando as canções ao violão, e por isso foram considerados como colaboradores especiais.

Após a primeira reunião de planejamento, no mês de fevereiro, aconteceram mais três reuniões durante o ano letivo de 2014 entre o grupo de educadores participantes do projeto, em que foram avaliadas e discutidas as ações empreendidas individualmente pelos professores, e levantadas as dificuldades enfrentadas pela equipe. Nessas reuniões, foram planejados e organizados também o Dia do Artista na Escola, os encontros entre as duas turmas e todos os professores e as apresentações do projeto fora da escola. Nessa etapa do

¹ A Sala Informatizada é o espaço onde os alunos têm acesso aos computadores e outras mídias. Não é considerada uma disciplina, e sim um ambiente onde são desenvolvidos projetos e outras atividades.

trabalho ocorreu a ação apontada por Santomé (1998, p.65), “construir e manter a comunicação através de técnicas integradoras”, pois houve um empenho de toda a equipe para que as atividades e o projeto pudessem ter continuidade.

Sendo assim, o projeto “Regiões Brasileiras” iniciou-se no mês de março de 2014 e estendeu-se durante todo o ano letivo, com algumas apresentações realizadas ainda em 2015. Foram realizadas quatro reuniões entre os educadores para planejamento e organização, e dois encontros entre as duas turmas e todos os professores.

Desenvolvimento das aulas

No contexto das aulas de Música, deu-se o estudo de ritmos e canções características de cada região, utilizando o canto, a percussão, o teclado, o violão e a flauta doce. Os alunos das turmas 73 e 74, nas quais o projeto “Regiões Brasileiras” ocorreu, já haviam tido aulas de Música curricular no sexto ano, ministradas por mim. Dessa forma, os estudantes já possuíam conhecimento sobre leitura musical, flauta doce e percussão, sendo esse o motivo pelo qual essas duas turmas foram escolhidas para a execução do projeto interdisciplinar.

O repertório trabalhado buscou propiciar a vivência de ritmos e canções ligados a elementos que retratassem cada uma das cinco regiões brasileiras. Sendo assim, sobre a região Sul foi executada a canção *Barra da Lagoa*, cujo compositor, Orlando Carlos da Silveira Mello, popularmente conhecido como “Neco”, é morador da cidade. A região Sudeste foi abordada com o samba *Conversa de Botequim*, de Noel Rosa, e com a canção *Trenzinho Caipira*, de Heitor Villa-Lobos. Sobre a região Nordeste, o ritmo do baião foi trazido com a canção *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. A região Centro-Oeste foi vivenciada com a música *Por Enquanto*, do compositor Renato Russo, evidenciando o surgimento de várias bandas de Rock na década de 80, oriundas da cidade de Brasília. Relacionada à região Norte foi executada a canção indígena *Koi Txangaré*, dos índios Ladei-Suruí de Rondônia.

Na disciplina de Geografia, as atividades realizadas proporcionaram reflexões acerca da formação territorial brasileira através de pesquisas, construção de mapas, localização e identificação das regiões. Foram abordadas também as características do povo brasileiro,

distribuição da população, condições de vida, urbanização, desigualdade social, migrações e degradação ambiental.

Em Ciências foi feito o estudo dos parasitas endêmicos através de uma pesquisa referente à doença de chagas e à malária. Sobre o reino animal, foi realizado um trabalho de regionalização dos animais que foram elencados a partir de uma saída de estudos ao Museu do Homem, onde, através de pesquisas em grupos, os alunos estudaram sobre a onça, a arara, o lobo-guará, o jacaré-de-papo-amarelo, entre outros. Foram destacados nesse trabalho aspectos sobre a habitação, alimentação e movimentação desses animais dentro do território nacional. Também foram consideradas a visão ecológica da biodiversidade, a sustentabilidade e a importância de cada animal para a população e para o equilíbrio dos biomas brasileiros.

Nas aulas de História, o professor abordou a colonização portuguesa do Brasil e foram discutidas as especificidades regionais e temporais do processo. Dessa forma, foram estudados temas como: o Nordeste como centro econômico e político do país, a sociedade e a escravidão na economia mineradora, a interiorização e urbanização do Brasil, a colonização açoriana do litoral sul catarinense, a fortificação da Ilha de Santa Catarina, entre outros, oferecendo assim referências para os alunos entenderem e valorizarem as diferenças econômicas e culturais de cada região.

Durante as aulas de Educação Física o objetivo das atividades era que os alunos conhecessem as manifestações culturais de cada região do Brasil, principalmente no que se refere à cultura do movimento, como as danças regionais, os jogos populares e as brincadeiras. Os alunos, divididos em grupos, fizeram pesquisas e socializaram os trabalhos com toda a turma, além de serem realizadas vivências com as danças e jogos com o intuito de aprofundar o tema.

A professora coordenadora da sala informatizada mediu e incentivou o uso das tecnologias digitais, oferecendo suporte para as pesquisas, fotos, filmagens, digitalizações e divulgação do projeto interdisciplinar. Outra atividade desenvolvida foi a entrevista com o compositor da canção *Barra da Lagoa*, realizada no Dia do Artista na Escola pelos alunos do

projeto Radio Escolar², que também era coordenado pela professora da sala informatizada. Essa entrevista foi editada e colocada no ar, para que todos pudessem acessá-la e conhecer a trajetória artística do compositor.

Resultados do projeto

O Dia do Artista na Escola aconteceu no dia 10 de julho de 2014. Foi uma atividade organizada dentro do projeto interdisciplinar “Regiões Brasileiras”, onde o compositor da canção *Barra da Lagoa*, Orlando Carlos da Silveira Mello, popularmente conhecido como Neco, que reside na cidade, veio até a escola por meio de um convite feito por um professor que era seu amigo pessoal, e que fez o primeiro contato com o artista. O objetivo desse evento era que ele assistisse os alunos dos dois sétimos anos tocarem e cantarem a música *Barra da Lagoa* em sua homenagem, e que os alunos pudessem conhecê-lo pessoalmente. Sendo assim, após a homenagem, a qual deixou o artista bastante emocionado, seguiu-se o momento em que ele tocou para o público presente e relatou sobre a forma como a música foi composta. Também nesse dia, o professor de Inglês, que também era músico, e estava fazendo o acompanhamento das músicas ao violão, fez uma apresentação musical, e ao final os dois músicos tocaram juntos. Essa atividade foi realizada no pátio da escola e contou com a presença de todos os alunos dos anos finais, professores, equipe pedagógica e demais funcionários. Além da música *Barra da Lagoa*, os alunos dos sétimos anos também tocaram e cantaram a música *Asa Branca* e *Por Enquanto*, que faziam parte do repertório trabalhado no projeto. Após o término do evento no pátio, o compositor foi entrevistado pelos alunos do projeto da Radio Escolar.

Outra etapa do projeto interdisciplinar foram os dois encontros em que foram reunidas as duas turmas dos sétimos anos com a presença de todos os professores envolvidos no processo numa mesma sala de aula. Toda a produção que fora desenvolvida

² O Projeto da Rádio Escolar tem por objetivo utilizar a comunicação radiofônica como um instrumento para o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao educando a expressão livre e responsável, como forma de ampliar o universo de acesso ao conhecimento e cultura. Todo início de ano letivo é feita a seleção dos alunos que participarão do projeto durante o respectivo ano. A rádio fica à disposição de toda a comunidade escolar. (Dados extraídos do Projeto Político Pedagógico da escola, abril/2015. Material não publicado, disponibilizado pela supervisora escolar).

em cada disciplina integrou-se, dando continuidade ao conhecimento adquirido ao longo do projeto, ou seja, os mapas, as pesquisas, os textos, as canções e as imagens. Estes encontros tinham como objetivo realizar trocas mais intensas entre os participantes e organizar a socialização do trabalho em forma de apresentação musical.

Sendo assim, após a realização desses dois encontros, o projeto interdisciplinar “Regiões Brasileiras” foi apresentado no XXII Seminário Estadual dos Orientadores Educacionais do estado de Santa Catarina, a convite da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, através de contato realizado pela orientadora que participou do projeto. Esse evento contou com a presença de todos os educadores que se envolveram nesse trabalho.

No ano seguinte, em 2015, foram realizadas mais duas apresentações fora da escola, que, no entanto, contaram somente com a parte musical do projeto. Uma delas foi o ECOFESTIVAL 2015. A outra foi a abertura do XXIII Seminário Estadual dos Orientadores Educacionais, realizado no campus da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Ambos os eventos foram promovidos pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Antes de encerrar o ano letivo de 2015, uma apresentação com a parte musical do projeto foi realizada no pátio da escola em homenagem a todos os professores e funcionários da unidade escolar.

Considerações finais

Dentre as principais conclusões obtidas ao final desta pesquisa, destaco o que considero ser uma etapa importante da prática interdisciplinar: a possibilidade dos encontros, diálogos e trocas que o projeto interdisciplinar “Regiões Brasileiras” promoveu entre os professores e a equipe pedagógica. A reunião para socialização dos planejamentos entre os professores dos sétimos anos, realizada no início do ano letivo de 2014, organizada e coordenada pela supervisora, possibilitou o primeiro encontro e foi a oportunidade para que pudesse ser compartilhada com a equipe de professores a proposta de trabalhar com um projeto interdisciplinar. A partir desse encontro inicial, outros momentos foram conquistados pelo grupo, com muitos esforços, mas que possibilitaram a intersubjetividade necessária para que o projeto tivesse continuidade. Os professores conseguiram se inteirar

dos assuntos que estavam sendo abordados em todas as disciplinas, e dessa forma conseguiram fazer os *links*, da sua disciplina com as demais. Essas reuniões possibilitaram a organização dos encontros e ensaios com as duas turmas dos sétimos anos e todos os educadores envolvidos no projeto, que resultaram em apresentações na escola, em eventos externos e na concretização do Dia do Artista na Escola. Fica claro que, sem o espaço para a troca e o diálogo, o projeto interdisciplinar não teria obtido nenhum dos resultados apontados.

Com relação aos alunos, o ensino curricular de música desenvolvido no projeto interdisciplinar foi descrito pelos educadores como um elemento que contribuiu enquanto linguagem para a formação dos estudantes, por terem sido apontados aspectos como foco, organização, disciplina, espírito coletivo, responsabilidade, postura e respeito aos colegas e professores. Por meio do repertório trabalhado nas aulas de música, foram possibilitadas experiências com ritmos diversificados, e os estudantes conseguiram associar esse repertório com as regiões estudadas nas aulas de Geografia e com os conteúdos da maioria das disciplinas.

Ainda com relação aos alunos, os ensaios e apresentações revelaram que alunos que apresentavam dificuldades motoras e cognitivas conseguiram participar ativamente das atividades musicais, seja através do canto ou da execução dos instrumentos musicais, superando as expectativas do que normalmente desempenham nas demais disciplinas. Sendo assim, o projeto interdisciplinar conseguiu um envolvimento e integração dos alunos que surpreendeu alguns educadores, pois, como foi observado, no momento das apresentações eles se tornavam os protagonistas do trabalho. O olhar dos participantes da pesquisa mostrou que os alunos, de maneira geral, se sentiam motivados e se mostravam envolvidos com as atividades musicais.

A repercussão do ensino curricular de música para a escola como um todo, durante a realização do projeto interdisciplinar, contribuiu para que houvesse uma maior integração da equipe envolvida no trabalho, tanto na organização das diversas atividades que aconteceram na escola como nos eventos para além dela. Nos relatos, os educadores destacam que esses eventos foram fundamentais porque houve uma maior aproximação entre professores e alunos, estreitando os laços afetivos. Ocorreu

igualmente a valorização da escola enquanto rede pública de ensino, valorização dos professores e a possibilidade de outros públicos apreciarem o trabalho realizado no espaço escolar. Conforme foi salientado nas falas, o Dia do Artista na Escola mobilizou, para além dos alunos dos sétimos anos envolvidos no projeto interdisciplinar, alunos de outras turmas, pois a rotina escolar foi alterada em função da presença do compositor. A recepção do artista, o seu deslocamento até a escola, a filmagem do evento, o registro com fotos, a realização da entrevista pelos alunos do projeto Radio Escolar foram ações que proporcionaram a inclusão de professores, alunos e funcionários de toda comunidade escolar. Essas ações em conjunto contribuíram para a valorização da presença da música na escola e sua importância na formação de todas as pessoas envolvidas no trabalho.

A experiência vivenciada no projeto interdisciplinar “Regiões Brasileiras” só foi possível em função de um grande empenho dos professores, mas principalmente da equipe pedagógica. Toda uma logística precisou ser engendrada para que cinco professores pudessem estar reunidos para dialogarem sobre o projeto, que contou com auxiliares de ensino, direção, supervisão, orientação pedagógica, movimentação de grade de horários, turmas e salas, no intuito de criar um espaço que necessitou ser arduamente conquistado.

Nesse sentido, apesar dos documentos oficiais que legislam sobre a educação básica no Brasil deixarem claro que a interdisciplinaridade deve ser almejada na busca por uma integração curricular, e que devem ser realizados projetos interdisciplinares com temas que surjam a partir de questões da comunidade articuladas com as áreas de conhecimento, concluo que a estrutura da grande maioria das escolas públicas de educação básica brasileiras pouco colaboram com propostas pedagógicas que exijam mais espaços para planejamentos coletivos, encontros e diálogo. Tal estrutura reforça muitas vezes o individualismo e as raras reuniões pedagógicas oficiais não dão conta da demanda de assuntos administrativos e pedagógicos exigidos pelas secretarias de educação.

Dessa forma, a escola em questão, mesmo prevendo em seu Projeto Político Pedagógico a prática de projetos interdisciplinares, contando com profissionais que já possuem por prática promover e participar de tais projetos, possuindo uma equipe pedagógica que apoia e valoriza a interdisciplinaridade, não foi fácil para o grupo levar o projeto até sua conclusão, e muitas barreiras precisaram ser transpostas.

Assim sendo, o papel do ensino de música no projeto “Regiões Brasileiras” foi importante no sentido de promover experiências musicais diversificadas aos alunos e possibilitar que, através do repertório e das apresentações, pudessem ser ampliadas as ligações e intercâmbios entre as disciplinas, propiciando o estreitamento das relações entre professores e alunos, a repercussão do projeto na escola e fora dela e a valorização da escola enquanto ensino público. Considero que a riqueza desse trabalho está em poder constatar as conquistas alcançadas pelo grupo de educadores numa busca pela interdisciplinaridade.

Referências

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FUCCI AMATO, Rita de Cássia. Interdisciplinaridade, música e educação musical. *Opus*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 30-47, jun. 2010.

LIMA, Sônia Albano. Interdisciplinaridade: uma prioridade para o ensino musical. *Música Hodie*, v. 7, n.1, p.51-65, 2007.

MATEIRO, T.; FERREIRA, M. S. Interdisciplinaridade na formação de professores de música e teatro. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO – REGIÃO SUL, 2013. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a Música na escola. In: ENCONTRO ANUAL DA ABEM, 12, Florianópolis, 2002. *Anais...* Florianópolis, 2002. Fórum 1: Políticas Públicas em Educação Musical.

PENNA, Maura. Desafios para a educação musical: ultrapassar posições e promover o diálogo. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n.14, p. 35-43. 2006.

PENNA, Maura. *Música(s) e seu ensino*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, R. F. P. A. *Abordagem Interdisciplinar no ensino curricular de música: a percepção dos educadores envolvidos no projeto “Regiões Brasileiras”*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Reflexões sobre a Educação musical curricular e a inserção do PIBID interdisciplinar com foco na inclusão: Uma experiência de atuação na escola

Claudia Roberta Yumiko Tristão
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
claudia.tristao@prof.pmf.sc.gov.br

Leonardo Irineu José de Souza
Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
leonardo.irineu@prof.pmf.sc.gov.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo relatar uma experiência realizada no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Pibid no âmbito da Escola Básica Municipal Virgílio dos Reis Várzea, no bairro de Canasvieira, cidade de Florianópolis. O trabalho apresenta uma abordagem interdisciplinar tendo como foco a inclusão, dando visibilidade para a atuação da área da educação musical. Será descrito a experiência de atuação do Pibid na escola relatando as atividades desenvolvidas pelos bolsistas, os encontros de estudos sobre inclusão com colaboração de diferentes licenciaturas e os insucessos ocorridos. Os resultados observados demonstraram a importância do programa na formação dos acadêmicos, pois a prática da docência é imprescindível para a qualificação profissional do professor contemporâneo. Mostrou igualmente a experiência prática da interdisciplinaridade e a relevância para a escola que acolhe a participação dos bolsistas.

Palavras-chave: Pibid interdisciplinar, Universidade e escola, ensino curricular de música.

Introdução

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi iniciado em 2014 na Universidade. Dentre seus objetivos, o Pibid busca elevar a formação docente em nível superior para a educação básica e incentivar a escola e os professores como co-formadores dos bolsistas (CAPES, 2013). Essa interlocução permite que o espaço da escola e universidade seja campo propício de articulação da teoria e prática no campo pedagógico. Este artigo tratará de um dos subprojetos do Pibid, o qual se destaca pela ação interdisciplinar na perspectiva da educação inclusiva, buscando preparar os estudantes para atuar em parceria com a escola pública. Com total de vinte e um bolsista, três supervisoras e

duas coordenadoras o subprojeto foi subdividido em três equipes formadas por licenciados das áreas de Pedagogia, Geografia, História e Artes nas seguintes linguagens: Música, Teatro e Visuais.

A prática na escola dos bolsistas do Pibid foi fundamentada na pesquisa das concepções de interdisciplinaridade e inclusão, estudadas e discutidas ao longo de reuniões e grupos de estudos. Os dilemas dos bolsistas eram investigados a fim de alcançar novos entendimentos acerca desses conceitos. Por fim, foram propostas diferentes intervenções nas escolas, como: participação em aulas, acompanhamento dos alunos com deficiência, aulas compartilhadas e criação e execução de jogos pedagógicos inclusivos.

Este movimento que configurou o andamento do projeto apoiou-se na percepção de um contexto escolar ainda configurado numa práxis disciplinar, exclusiva e fragmentada. David Rodrigues (2001) descreveu esse movimento como “pensamento tipológico”, em que os indivíduos são categorizados por características que se sobrepõem a sua condição humana. Ropoli et al. (2010) complementa que a busca por um padrão “normal” de identidade, como algo positivo, cria conflitos nos alunos que não se adaptam ao quadro esperado. A inclusão deveria atuar no sentido contrário a perpetuação desses estereótipos que dividem os alunos por categorias imutáveis, já que “[...] as diferenças não se podem confinar a grupos sociais específicos”, pois “[...] estão difundidas uniformemente por todos humanos” (RODRIGUES, 2001, p. 9).

Dentro desta relação interdisciplinar e de inclusão podemos citar contribuições na área da educação musical, demonstrando o caminhar da área em relação aos temas. Segundo Queiroz (2015, p. 213).

A descoberta de que o “eu” não pode ser a única referência para a construção do “nós” nos faz descobrir o “outro” e entender que há diversidade significativa em música. Essa descoberta da diversidade derruba cânones e paradigmas tidos como absolutos quando o “eu” não nos deixa ir além de nós mesmos. A perspectiva de uma educação musical intercultural, que emerge a partir do alargamento do conceito de música e dos parâmetros constitutivos de tal fenômeno como cultura, nos convida a uma reinvenção das bases epistêmicas e metodológicas que orientam as ações educacionais em Música. Nesse cenário, a pluralidade de ideias e de estratégias de ensino de música pode, por meio da valorização das diferenças e da promoção da igualdade de oportunidades, nos conduzir à incorporação da diversidade musical como caminho para a formação humana.

Para dimensionar este entendimento foram consultados documentos que sinalizam a concepção de inclusão e as políticas públicas de inclusão no Brasil através

das Salas de Recurso Multifuncionais e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de marcos legais específicos à educação inclusiva como a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). Além desse eixo o Pibid também atua no sentido de ampliar as propostas de interação interdisciplinar na escola. Essa vocação do subprojeto configura-se tanto na composição heterogênea dos membros participantes, como na maneira como se inserem na rotina escolar, acompanhando e transitando entre as várias disciplinas e reforçando os projetos interdisciplinares das escolas, sempre com foco na inclusão.

A Interdisciplinaridade

São muitos os desafios lançados quando o tema é interdisciplinaridade, desde o entendimento de seu conceito, que ainda hoje é prolixo e muitas vezes controverso, sendo confundindo ou praticado de maneira diferentes do que foi preconizado. Encontra-se também desafios na busca para soluções de muitos questionamentos tanto individuais como sociais, para então se chegar a uma prática cotidiana com atitude interdisciplinar.

Sabemos que não cabe mais uma educação fragmentada. Surge nos tempos modernos a necessidade de um ensino que pensa o desenvolvimento do ser humano de forma integral, uma melhor adequação de ser e estar no mundo, um ser humano sensível, crítico e atuante.

Certamente novos e grandes desafios aguardam os profissionais da educação, tanto nas escolas básicas como nas escolas superiores de formação. Segundo Albano de Lima (2007), a interdisciplinaridade tem como meta a transmutação humana, pensando em uma formação integral da personalidade, contemplando o desenvolvimento intelectual, psicológico, sociocultural e ecológico. Essas ideias encontram ecos no pensamento de Queiroz (2015) autor atuante na defesa de uma educação musical sem preconceitos, compromissos disciplinares, vínculos monoculturais e sem uma ordem definida por alguns para ser seguida por todos. As contribuições surgem de diferentes áreas, corroborando para uma educação atual, como a trazida por Queiroz (2015, p. 198):

[...] sob lentes da contemporaneidade, apresento aqui reflexões acerca de uma educação musical intercultural, que conceba a formação em música como pilar fundamental para a formação humana. Uma formação pautada no pluralismo de ideias e práticas educativas,

que contemple as diferenças na promoção da igualdade e que promova e fortaleça a diversidade dos humanos e de suas formas de ser, estar e se expressar no mundo.

A partir desse entendimento, formulou-se alguns questionamentos acerca do Pibid no contexto interdisciplinar: qual o papel do Pibid Interdisciplinar e como caminhar por esta escola que ainda se faz necessária a integração de seu corpo docente, que ainda necessita incentivo, suporte para as transmutações? Como iniciar esta construção, este movimento, para transformação deste sistema, deste profissional em um ser integral, crítico, criativo, reflexivo e Interdisciplinar? Temos uma resposta? Quiçá ela seja construída ao longo do tempo, com intervenções diversas vindas de diferentes lugares, com colaborações diversas de todas as áreas da educação.

Inclusão de Histórias e Conceitos

No sentido de entender a inclusão da maneira como se apresenta na escola é necessário não somente estudar as políticas públicas de educação inclusiva, mas também vivenciar concretamente a aplicação desses pressupostos na realidade escolar, através de uma reflexão fundamentada para compreender as proximidades e os abismos presentes nessa relação. Na construção deste percurso buscamos em artigos e documentos oficiais a história da educação inclusiva no Brasil, afim de compreender os desdobramentos que nos levaram ao presente contexto.

Ao longo da história do Brasil, as políticas de educação inclusiva evoluíram de uma perspectiva isolacionista da deficiência. Santos e Teles (2012) apontam alguns marcos históricos do Brasil que salientam a exclusão da pessoa com deficiência do processo educativo. Um desses exemplos são as instituições privadas como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant) e o Instituto dos Surdos mudos, que adotavam uma prática assistencialista em detrimento da educativa em sua gênese. Este caráter exclusivo perpetuou-se por duas vertentes no Brasil: a médico-pedagógica – pela construção de ambientes específicos para um tratamento patológico da deficiência – e a psicopedagógica – que ao considerar escalas diferenciadas de aprendizagem, utilizava-se de ambientes específicos que afastavam o indivíduo considerado anormal do convívio em sociedade.

Ao longo do final do século XX houve um compromisso crescente do Estado brasileiro em relação às pessoas com deficiência. Em 1973 quando foi criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, com parceria do Ministério da Educação foram implantados os primeiros cursos de capacitação para professores na área de Educação Especial. Com essa atitude do governo em 1985, foi criado um comitê para planejar, fiscalizar e traçar políticas de ações na questão dos deficientes. Em 1986 foi criada a Coordenadoria Nacional de Educação da Pessoa Portadora de Deficiência e em 1990 a Secretaria Nacional de Educação Básica começou a assumir a implementação da política de educação especial (SANTOS; TELES, 2012).

Frente a este contexto surgiram crescentes contradições apontadas por movimentos sociais de direitos humanos que culminaram em celebrações internacionais que apontaram novos encaminhamentos para a Educação Inclusiva (MEC, 2008). Dois exemplos são a Declaração de Salamanca (1994) – que ampliou a noção de educação especial e considera a necessidade de a educação ser para todos com atenção às diferenças de ritmo e estilo de aprendizagem dos alunos – e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) – que busca assegurar que a educação inclusiva esteja presente em todos os níveis de ensino com atenção para a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Esses novos sentidos podem ser observados na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 15) que dispõe em seus objetivos a participação integral de alunos “com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais”. Traçou-se assim os contornos mais contemporâneos que estão presentes hoje nas escolas públicas brasileiras.

Compreende-se então que a educação inclusiva é aquela que valoriza a multiplicidade em detrimento da diversidade. Enquanto a diversidade está relacionada ao idêntico e estático, a multiplicidade refere-se ao processo e movimento, um fluxo. A educação especial deixa de ser paralela à educação comum e está inserida no contexto escolar. A diversidade entra em oposição à proposta inclusiva, já que insiste em categorizar

alunos em grupos idênticos mantendo escolas normais e especiais (ROPOLI et al., 2010).

A escola, portanto, deverá tornar-se um ambiente das diferenças, sem classificações prévias, onde o aluno, independentemente de suas características, está inserido no processo escolar que o acolhe segundo suas capacidades, sem que sua diferença o exclua desse movimento (ROPOLI et al., 2010).

Segundo a autora LOURO (2015) Na área da educação musical a inclusão ainda dá seus passos iniciais “As pesquisas e publicações nacionais sobre essa temática ainda são poucas, mas vêm crescendo a cada ano. Cada vez mais trabalhos são apresentados na Abem, Anppom e Simcam, eventos de referência na área musical. Livros na área ainda são escassos”. Conforme apregoa Viviane Louro (2015), quando o tema é a inclusão, conversamos diretamente com a necessidade de um trabalho interdisciplinar, baseado numa rede de apoio de diversos profissionais. Cada deficiência traz particularidades muito específicas e, para cada uma delas, é indispensável um tipo de apoio, de intervenção, de material ou de metodologia.

Para garantir o cumprimento desses pressupostos existem três exemplos de medidas adotadas pelo Governo Federal. As duas primeiras são o “Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade” que tem como objetivo a formação de educadores e gestores com conhecimento na área da Educação Especial e a garantia do acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais ao ambiente escolar e o “Programa Incluir” que propõem “ações que visam o acesso de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior - IFES”, rompendo barreiras comportamentais, psicológicas e arquitetônicas e prioritariamente integrando as pessoas com deficiência a uma vida acadêmica regular (GARCIA; MICHELS, 2011, p. 11).

O último refere-se ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado por professores especializados em ambiente específico, as Salas de Recursos Multifuncionais, e também no cotidiano escolar. Através de processos avaliativos do aluno nos diversos ambientes em que ele transita, o professor do AEE é capaz de traçar um perfil das necessidades específicas e materiais necessários para o atendimento no contra turno. A partir do perfil traçado o acompanhamento se desdobra na elaboração e sistematização de atividades que favoreçam o processo de aquisição de conhecimento. Esse

conjunto de ações devem reverberar em todos os espaços do cotidiano do educando e estar em articulação com os pais e professores envolvidos. O acompanhamento na sala de aula ocorre pela interlocução do professor do AEE com o do ensino regular. Deve perpassar pelas questões da gestão da sala de aula e ter foco numa ação inclusiva, jamais excludente (GOMES; FIGUEIREDO; POULIN, 2010).

Estes direcionamentos são os mesmos encontrados no site da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que além de definir as atribuições dos profissionais vinculados ao município no tocante da Educação Inclusiva, também informa a distribuição dos AEEs no território. Contando com 22 salas multimeios, o município organiza o AEE em polos, concentrando algumas escolas em cada núcleo. Cada polo possui dois professores especializados e um de LIBRAS, se houver demanda.

Apesar de possuir esta estrutura, os participantes do Pibid tiveram poucas oportunidades de estar presente no movimento criado pelo AEE. O polo local do AEE se encontrava-se em outra escola. No ano de 2016 a escola de atuação do Pibid contava com 15 alunos atendidos no AEE, sem contabilizar os das demais 6 escolas que compõe o núcleo atendimento. Assim o Pibid surgiu como um espaço complementar de interlocução dos professores, alunos e escola com as diferenças. A atuação dos bolsistas ocorreu exclusivamente na escola, no ensino regular. Através dos estudos de interdisciplinaridade e inclusão e a convivência com as diferenças foi delineado um percurso formativo diferenciado do docente, sensível as transversalidades presentes na escola, muitas vezes pouco exploradas nos currículos das licenciaturas.

Nessa vivência escolar notaram-se incongruências entre o que é instituído e o que de fato ocorre. As escolas mantinham equívocos quanto a participação do estudante com deficiência, sem atenção aos planejamentos curriculares que procurem abraçar as diferenças. Houve um desencontro e desentendimento da Educação Inclusiva que é reduzida a presença desses alunos na escola só que ainda à margem do convívio social e da aprendizagem. A rotina de trabalho dos professores também não favoreceu uma atenção integral aos alunos. Marchesi (2001) aponta alguns dos dilemas apontados por professores em sua pesquisa que dificultam a integração dos alunos à escola: o currículo comum; a identificação do aluno com deficiência e a questão da integração.

Ao aceitar que todos os alunos são diferentes, em seus ritmos e processos de aprendizagem, Marchesi (2001) aponta a possibilidade de destringir os currículos comuns em objetivos comuns a todos e diferentes para alguns. Nessa lógica os objetivos por área e os critérios de avaliação também são construídos. Este viés é uma intersecção entre as perspectivas homogeneizadoras e aquelas que identificam as diferenças a ponto de adaptar os currículos, excluindo o aluno com deficiência do acompanhamento com os demais.

Experiência na Atuação da Supervisão

Diante do proposto discorro sobre o relato desta experiência de atuação do Pibid na função de supervisora do programa. Respondo na escola pela disciplina de artes música que faz parte do currículo desde sua fundação em 2013. Estar nesta função propiciou experiências significativas em minha caminhada profissional, pela aproximação de parcerias com a universidade, o aprendizado recíproco entre a supervisão e os bolsistas, as possibilidades do estudo em conjunto e o desenvolvimento dos projetos interdisciplinares com foco na inclusão. Não foi tarefa fácil, mas foram momentos de construção da aprendizagem de forma instigante e rica, brotando muitas reflexões nas práticas cotidianas da escola.

É importante destacar que o papel da supervisão no Pibid é mediar o trabalho dos bolsistas de Iniciação à Docência, favorecendo o permanente diálogo entre professores, estudantes e comunidade escolar. Organizar e planejar juntamente com os bolsistas as ações que contribuirão para um processo de ensino e aprendizagem interdisciplinar, significativo, inclusivo e contextualizado.

O graduando tem como um de seus desafios dentro do programa o desenvolver de jogos interdisciplinares com foco na inclusão, aplicar as teorias e desenvolver estratégias eficazes para a interdisciplinaridade e inclusão dos estudantes que estão no processo de inclusão na escola básica. Além dessa proposta os bolsistas também se inseriram em diversas atividades e projetos desenvolvidos pelos professores, por vezes foram oferecidos alternativas e atendimentos que abarcaram os alunos de inclusão. A vivência proporcionou contato dos bolsistas com a docência compartilhada e as deficiências apresentadas no

âmbito da escola, desta forma buscaram compreender e aprimorar como se desenvolve o ensino e a aprendizagem em diferentes contextos e indivíduos. A Participação no programa promoveu desenvolvimento prático e teórico, baseado na diversidade de atividades, nas reflexões de textos específicos de inclusão e a interdisciplinaridade apresentada na formação do grupo de bolsistas, pensamentos teóricos diversos interagindo e construindo em conjunto.

A escola contava com um grande número de estudantes com diferentes deficiências, por este motivo o trabalho foi complexo. O estudo sobre as deficiências apresentadas foi de fundamental importância naquele contexto. O diagnóstico dos estudantes era efetuado por uma equipe especializada da área da saúde que trabalhava em parceria com as escolas públicas do município Florianópolis. Foi a partir desta experiência que umas das bolsistas de licenciatura em música, depois de passar pelas observações em sala de aula com o estudante de inclusão (autismo com dificuldade de comportamento), desenvolveu um jogo utilizando símbolos musicais juntamente com as vogais, possibilitando um trabalho que atuasse sobre motricidade e o reconhecimento dos símbolos através de encaixe, o jogo foi aplicado, registrado e posteriormente apresentado para todos os integrantes do programa num compartilhamento edificante.

As atividades que foram desenvolvidas no Pibid permitiram que os bolsistas aperfeiçoassem, construíssem, desenvolvessem projetos, jogos, planos de aula e atividades diversas como: recreio monitorado, cineclube, oficina de violão e de fotografia dentre outras, este envolvimento decorreu durante o tempo de permanência na escola, enriquecendo a própria formação e contribuindo para a renovação do processo de ensino-aprendizagem da escola. Dentre as oficinas destacou-se a de violão elaborada por um dos bolsistas de licenciatura em música cujos encontros aconteciam no contra turno com a participação por adesão, aos estudantes foi proporcionado a possibilidade de vivenciar e aprender sobre o instrumento (violão). Mesmo com as diferenças entre as idades dos participantes e o nível de compreensão a oficina apresentou resultados relevantes, desenvolvendo a prática musical em conjunto entre o grupo, enriquecendo o fazer musical. Nesta oficina foi contemplado um estudante apresentando o diagnóstico de Mielomeningocele, hidrocefalia derivada e compensada, escoliose, bexiga e

intestino neurogênico. Desenvolvendo neste estudante o gosto e a possibilidade do estudo do instrumento levando-o a procurar fora da escola um aprendizado específico do instrumento. No final do ano foi produzido uma apresentação na escola juntamente com o festival de arte e literatura, este evento promoveu a valorização do grupo, a apresentação pessoal e musical dos participantes.

Vários jogos foram desenvolvidos buscando a interação entre as áreas com foco nas deficiências apresentadas pelos estudantes em observação. Neste sentido, o processo de aprendizagem não ficou abarcado somente na teoria, mas no envolvimento direto com a prática no chão da sala de aula da escola.

Finalizando o relato não poderia deixar de citar a parceria deste texto com Leonardo Souza ex-bolsista do programa, cuja atuação foi de excelência. Hoje Licenciado em Artes Visuais e atuando como docente no município vizinho, temos a possibilidade de compartilharmos experiências docentes e eu o privilégio de companhia tão generosa.

Considerações Finais

Nesta experiência vivenciada foi possível confirmar que experienciar o dia a dia da escola foi fundamental para os acadêmicos, pois é dentro da escola que encontramos a diversidade, assim conviver com a realidade da escola pública antes de iniciar efetivamente à docência profissional mostrou ser muito valoroso dentro desta experiência. Diversas vivências foram proporcionadas que possibilitaram o enriquecimento da formação, tornou significativo o tempo vivido dentro do espaço escolar.

Foi válido e edificante ter tido a experiência do programa na escola, na maioria das vezes os bolsistas trouxeram contribuições valorosas, colaborações em sala de aula auxiliando os professores, o desenvolvimento de campanha para arrecadação de livros para a biblioteca, a participação no mutirão da escola, o recreio monitorado a formação de um cineclubes muito apreciada pelos estudantes e professores e as oficinas de fotografia, de violão e a aplicação dos planos de aulas desenvolvidos.

Apesar de toda promoção positiva o projeto enfrentou algumas dificuldades, impossibilitando o desenvolvimento de alguns dos participantes, dentre elas o deslocamento

entre moradia e escola demasiadamente longe, o valor da bolsa insuficiente para despesas básicas entre transporte e alimentação. Outro contratempo enfrentado foi durante o período de provas e trabalhos intensos da graduação dificultando a conciliação do tempo de alguns graduandos entre o programa e a atuação na universidade. Experiências sem sucesso também ocorreram, por faltar com os compromissos ou por encerrar o programa antes do tempo de finalização, dificultando o desenvolvimento dos projetos que estavam envolvidos. A escola tem sua dinâmica própria, o movimento diário é constante e veloz, necessitando de comprometimento e de responsabilidade nos compromissos assumidos, tanto com os estudantes bem como com os professores envolvidos nos processos.

Ter tido a oportunidade de envolver-se no programa foi de aprendizado constante tanto na supervisão dos bolsistas na escola como o vínculo criado entre escola e a universidade. Reuniões mensais ocorriam sendo compartilhada as ações desenvolvidas por todos os participantes do programa, momentos riquíssimos de muito aprendizado e troca de saberes. Também se efetuou uma ampliação do conhecimento teórico principalmente no que se refere a interdisciplinaridade e a inclusão, muita reflexão sobre a ação e possibilidades de presenciar a edificação crescente dos futuros docentes constituindo a teoria entrelaçada à prática.

A cada fechamento anual era possível perceber que o programa proporcionava um reforço e valorização das práticas em torno da docência, desenvolvendo um fortalecimento na formação dos acadêmicos, por meio de práticas de ensino, estudos específicos articulando a teoria com a prática. Foi se tornando visível a evolução sobre o conhecimento e funcionamento da estrutura escolar, pois aos bolsistas foram disponibilizadas diversas possibilidades de participação dentro de todas as atividades desenvolvidas na escola durante sua permanência no programa.

O Pibid interdisciplinar pôde apresentar um papel importante no processo de formação, possibilitando aos participantes um espaço para discussões acerca de práticas interdisciplinares neste caso, da História, da Geografia, da pedagogia, das Artes nas linguagens Visuais, Teatro e Música. Essas discussões engajavam no âmbito das mudanças ocorridas nos campos das teorias específicas de cada licenciatura e no contexto educacional. A possibilidade de experienciar vivências com diferentes áreas da educação

foi essencial para um programa de uma iniciação à docência atual que busca conceber o estudante contemporâneo em sua integralidade.

Apesar do encerramento do PIBID, os resultados obtidos ficarão na e para a escola, para os(as) estudantes, principalmente os de inclusão, para os professores que se dispuseram a receber dentro de suas salas os graduandos, colhendo os frutos de uma docência compartilhada.

Referências

ALBANO DE LIMA, Sonia. INTERDISCIPLINARIDADE: UMA PRIORIDADE PARA O ENSINO MUSICAL. *Revista Música Hodie*, [S.l.], v. 7, n. 1, nov. 2007. ISSN 1676-3939. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/musica/article/view/1754>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Portaria n. 096, de 18 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf> Acesso em: 12 março 2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, p. 105-124, 2011.

GOMES, Adriana Leite; FIGUEIREDO, Rita Vieira; POULIN, Robert Jean. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

LOURO, Viviane. Música e educação./Organizadores: Helena Lopes da Silva e Jose Antônio B. Zilles. -Barbacena: EdUEMG, 2015. (Série Diálogos com o Som. Ensaios; v.2).

MARCHESI, Álvaro. A Prática das Escolas Inclusivas. In: RODRIGUES, David (org.). *Educação e Diferença: Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva*. Porto: Porto Ed., 2001. p. 93-108.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva; Música e educação. Organizadores: Helena Lopes da Silva e Jose Antônio B. Zilles. -Barbacena: EdUEMG, 2015. (Série Diálogos com o Som. Ensaios; v.2).

RODRIGUES, David. *Prefácio*. In: RODRIGUES, David (org.). *Educação e Diferença: Valores e Práticas para Uma Educação Inclusiva*. Porto: Porto Editora, 2001. p. 9-11.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. *A Educação Especial na Perspectiva da Secretária de Educação Especial*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Alex Reis dos; TELES, Margarida Maria. Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva. In: 3º Simpósio Educação e Comunicação, 2012, Aracaju. Info inclusão: possibilidade de ensinar e aprender, 2012.

Perspectivas de professores de música sobre o uso da percussão no Ensino Fundamental

Rafael Martins Gonçalves

Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis

Universidade do Estado de Santa Catarina

rafael.goncalves@prof.pmf.sc.gov.br

Resumo: O Este artigo tem a intenção de compartilhar um recorte de uma pesquisa de mestrado cujo objetivo foi conhecer como professores de Música compreendem e fazem uso da percussão em suas aulas. A pesquisa apresenta uma abordagem metodológica de caráter qualitativo, com a participação de quatro professores que atuam em diferentes sistemas educacionais e em diversos anos escolares do Ensino Fundamental. Como ferramenta de coleta de dados optou-se pela entrevista semiestruturada. Os dados de cada entrevista foram organizados individualmente e posteriormente tratados de forma conjunta, buscando elementos comuns e elementos específicos trazidos pelos participantes. Para análise e interpretação dos dados buscou-se dialogar com a literatura da área a fim de identificar as estratégias utilizadas em variados contextos, bem como rotinas, metodologias e ações adotadas pelos diversos profissionais envolvidos com a percussão e a educação musical. Os resultados da pesquisa sinalizam diversos pontos sobre o uso da percussão na sala de aula. Dentre eles destacam-se: a facilidade para realização de atividades de práticas musicais como elemento motivacional, o desenvolvimento do trabalho em grupo promovendo questões de sociabilidade, e a oportunidade de abordar questões de corporeidade e movimento na escola.

Palavras-chave: Educação Musical, Percussão, Música no Ensino Fundamental, Professores de Música.

Introdução

Atuando como professor de Música na Educação Básica há aproximadamente oito anos, em função de minha atuação como músico (baterista/ percussionista), acabei por enfatizar atividades na sala de aula que envolvem a percussão. Passei a observar de que maneira seria possível trabalhar com a percussão nas mais variadas demandas da aula de Música no Ensino Fundamental.

Com o passar do tempo, venho percebendo diversas formas de utilização da percussão em diferentes contextos, geralmente em conjunto com outros instrumentos melódicos e harmônicos. Passei também a conhecer grupos de percussão, que utilizam

instrumentos tradicionais ou não, como STOMP, Mayumana, Grupo Barbatuques, Grupo de Percussão de Itajaí, dentre outros. Suas peças exploram outras sonoridades dos instrumentos, diferentes maneiras de tocá-los e uma busca por novos timbres, sejam estes provenientes de instrumentos tradicionais, do próprio corpo ou dos mais variados objetos do cotidiano.

A música produzida a partir do século XX também colaborou para a ampliação de formas de se fazer música, bem como para a utilização de novos instrumentos e sons nos mais variados conjuntos. Além dos instrumentos já existentes de diversas culturas, objetos foram incorporados a grupos musicais. O surgimento de novas tecnologias também possibilitou a criação de instrumentos, bem como a manipulação de seus sons.

Como apontado por Boudler (apud PAIVA, 2004, p. 27), a percussão contemporânea engloba “tudo aquilo que pode produzir som. Uma folha de zinco ou qualquer produtor de som que pode ser interpretado como instrumento em potencial”. Há ainda que se considerar como percussão os sons produzidos através do corpo, a percussão corporal (*bodypercussion*), amplamente utilizada e difundida no Brasil pelo Grupo Barbatuques, por exemplo. Todas essas inovações ampliam nossas formas de entender a música e, por consequência, o trabalho que pode vir a ser realizado na educação musical visando a formação do estudante.

Para o trabalho a ser realizado em sala de aula a facilidade na manipulação e obtenção de sons de alguns instrumentos da família da percussão pode ser apontada como uma alternativa motivadora para a realização desta prática musical com os estudantes. Além disto, o uso e a exploração de sons diversos a partir do corpo e a utilização de objetos do cotidiano ou materiais alternativos para a realização de arranjos variados, torna-se também um recurso para a prática em sala de aula. A própria confecção e utilização de objetos de maneira percussiva pode ser também uma opção para atividades nas aulas de Música, inclusive pela exploração sonora proveniente deles.

A partir desta diversidade de abordagens com o uso da percussão para a aula de Música no Ensino Fundamental a questão central deste trabalho foi estabelecida como: De que maneira a percussão é compreendida e utilizada nas aulas de Música por professores que atuam no Ensino Fundamental?

O objetivo geral da pesquisa foi conhecer como professores de Música compreendem o uso da percussão em suas aulas. E como objetivos específicos foram pontuados: 1) entender a concepção de percussão dos professores de Música; 2) analisar quais conteúdos da aula de Música são trabalhados com a percussão; 3) discutir a relevância da percussão nas aulas de Música no Ensino Fundamental na perspectiva dos professores participantes.

Esta investigação se justificou pela ampliação de pesquisas na área de educação musical que tratem do uso da percussão na escola, no contexto das aulas de Música do Ensino Fundamental, visando as atividades práticas de sala de aula. Espero também com este estudo, a partir da análise e reflexão de como os professores de Música abordam estes instrumentos, ajudar a ampliar possibilidades de utilização da percussão nas aulas de Música do Ensino Fundamental.

Para este trabalho apresentarei as concepções de quatro professores de Música sobre a percussão, os conteúdos abordados com estes instrumentos e a relevância destes para as aulas de Música no Ensino Fundamental numa proposição de debate com ideias apresentadas em outras pesquisas que exploram o tema, buscando entender o uso da percussão na sala de aula. Aponto também os resultados da pesquisa, as possíveis contribuições para área da educação musical e reflexões sobre possibilidades para novas pesquisas a partir do tema.

A percussão nas aulas de música no Ensino Fundamental

Além dos instrumentos tradicionais de percussão, todos os professores participantes da pesquisa têm o entendimento da possibilidade de utilização de outros recursos para o trabalho com percussão na escola. Apresentados tanto pelos professores quanto pela literatura, outros recursos utilizados para práticas musicais são: os sons provenientes da percussão corporal, os objetos do cotidiano e os instrumentos não convencionais, alguns deles construídos a partir de materiais reutilizados, podendo haver diferentes nomenclaturas para estes.

Como abordado na introdução deste texto, um entendimento mais contemporâneo

de percussão abre espaço para qualquer objeto produtor de som poder ser considerado um instrumento em potencial (BOUDLER apud PAIVA, 2004, p. 27).

Com base nos dados coletados nas entrevistas, foi possível enumerar diversos instrumentos disponíveis nas escolas onde os professores participantes lecionam. Entretanto, não há uma padronização dos instrumentos de percussão disponíveis para o trabalho de sala de aula. Cada contexto, bem como cada professor, acaba possuindo um conjunto de instrumentos e objetos de acordo com os objetivos, estratégias e demandas das aulas, de forma a buscar uma maneira de se adequar aos recursos disponíveis para realização de um trabalho musical. Isto vai ao encontro do que destaca Puerari (2011, p. 89) quando aponta que os materiais e ações dos professores nas escolas acabam se diferenciando também por suas “ideias e práticas sobre o que, como e para que ensinar e aprender, tradições e rotinas, interesses e necessidades, condições institucionais e organizacionais”.

Apesar disto, há instrumentos comuns dentre os listados nos relatos dos professores participantes. Mesmo atuando em segmentos diferentes do Ensino Fundamental, anos finais e anos iniciais, instrumentos como o pandeiro, os chocalhos e algum exemplar de tambor grave, sempre se encontram presentes.

Percebeu-se que nas escolas públicas há mais instrumentos disponíveis para as aulas de Música do que nas escolas particulares. Por vezes, o professor utiliza instrumentos próprios para auxiliar seu trabalho em sala e oportunizar o contato dos alunos com outros instrumentos para além dos disponíveis no acervo escolar em que se encontram. Instrumentos sinfônicos e de altura definida (como bumbo sinfônico, tímpano, pratos, carrilhão de sinos e vibrafone) acabam sendo raros nas escolas pesquisadas, isso restringe um pouco o contato dos alunos com este universo variado da percussão.

Assim como o canto, a percussão corporal acaba por ser uma alternativa para o trabalho em sala de aula, principalmente por não depender de muitos recursos para sua realização. Em uma realidade singular como ocorre em cada escola, o uso deste recurso pode ser uma boa possibilidade para a prática musical fazendo uso da percussão.

A percussão corporal foi listada pelos professores participantes da pesquisa como um recurso para as aulas de Música, apenas o Professor 2 relatou que ainda

não faz uso de percussão corporal pois não se sente seguro para tal. Com relação aos sons provenientes da percussão com a voz, o Professor 3 dá destaque ao recurso que utiliza, o *beatbox*: “adoro *beatbox*, a garotada adora também”.

Sobre a percussão com objetos do cotidiano e pensando em um espaço como o da sala de aula, o Professor 3 destaca em sua fala: “qualquer coisa esticada, qualquer estrutura lisa, enfim, qualquer superfície você tem a batida e um som (...). Tem vezes que a percussão é no chão. “(...) se usa o teto, o chão, a mesa do professor, o ferro da cadeira”, uma carteira, ou um caderno como possibilidades para se fazer uso da percussão.

Neste sentido, é possível utilizar qualquer objeto para se trabalhar com percussão na sala de aula. Por vezes este ‘qualquer objeto’ pode ser abordado na literatura com outros termos como ‘objeto do cotidiano’, ou ainda, após receber algumas adaptações, ‘instrumentos não convencionais’, dentre outros.

No intuito de ter matéria prima para utilizar como instrumentos em suas aulas, o Professor 3 declara que “junta copinho, junta papel, junta plástico, junta tubo de refrigerante”. Esta prática também é compartilhada pelo Professor 1, destacando que pode-se “buscar materiais recicláveis” para este fim: “são opções também que a gente precisa estar sempre atento” para desenvolver o trabalho em sala. Cita o exemplo do uso do espiral do “caderno pra fazer um reco-reco”. O Professor 2 também expõe suas experiências neste sentido: “Já fiz chocalho com reciclagem com os (alunos) pequenos”.

Para atividades de performance musical em suas aulas para os alunos dos anos finais, o Professor 2 incentiva o uso de instrumentos não convencionais como uma forma “de usar balde, de usar caneta, (...) fazer xilofone de água de garrafas, com copos”. Uma das maneiras de comprovar que estes objetos realmente são para fins musicais, segundo o Professor 2, é o fato de que os alunos “quando apresentam uma música, têm que tocar o instrumento que eles criam”.

Em seu artigo, Souza (2013, p. 199) cita livros que abordam a ideia da “manipulação de objetos com o objetivo de fazer e aprender música”. O Professor 1 faz referência a um livro nesta temática: “eu pego muitas ideias desse material, o *Colherim*, do Estêvão Marques, que eu acho um trabalho muito legal”. O Professor 4 destaca que em sua prática faz uso de ideias propostas no livro *Lenga la lenga*, de Viviane Beineke e

Sérgio Freitas, abordando os diferentes sons produzidos pela exploração sonora de objetos, principalmente os copos, combinados com outros instrumentos para a prática musical.

É interessante acrescentar o que o Professor 3 apresenta quando é questionado sobre os recursos disponíveis para suas aulas na escola. Lista o teclado “como instrumento não originalmente de percussão, mas que (...) propicia a percussão”. Justifica esta fala afirmando: “ativo estes recursos (timbres) de percussão” no teclado, bem como “as bases rítmicas que o instrumento apresenta”, demonstrando como vê possível utilizá-lo também de forma percussiva. A partir desta fala podemos perceber uma ampliação do entendimento do que é percussão e de seu uso na escola. Incluímos assim sons eletrônicos trabalhados de maneira percussiva, recursos comumente presentes em instrumentos desta natureza, como bateria e percussão eletrônica/digital (como o *octapad*, por exemplo). Estes sons são amplamente utilizados na música *pop* atual, incluindo estilos como *rap*, *funk* e *hip-hop*, mas nem sempre presentes nas salas de aula.

Como destaca o Professor 3, para o trabalho escolar com percussão e com música de uma maneira geral, pode-se utilizar “desde a tampinha de um negócio, que vai virar um chocalho, até o recurso que é altamente sonoro que está no bolso deles”, seus aparelhos de *smartphones*. O uso destes recursos digitais é apontado também pelo Professor 1 quando afirma: “É muito fácil tu pegar uma criança hoje, dar um *tablet* com (...) um aplicativo de piano, um aplicativo de bateria”. Comenta que “está muito fácil o acesso” a estes recursos, inclusive pelo próprio aparelho de *smartphone*, e acrescenta que “a gente (professores) tem que inserir eles (alunos) nisso aí”, nesta cultura digital, percussiva e musical também na escola.

O uso dos mais diversos recursos só tende a acrescentar à educação musical escolar. Entender que qualquer objeto pode ser produtor de som (e isto poder ser utilizado para fazer música) é tão importante quanto perceber os recursos disponíveis por meio de aparelhos eletrônicos e toda a tecnologia existente. Fazer uso destes recursos, bem como de áudios e vídeos (seja para exemplificar e ilustrar ou como *playback* para auxiliar momentos de prática) só agregam possibilidades para tornar o ensino da Música na escola mais significativo, tanto para os alunos quanto para os professores.

Os conteúdos trabalhados com a percussão nas aulas de música

Justifica-se o uso da preposição ‘com’ da mesma maneira apresentada por Vecchia (2012, p. 23) em sua tese sobre análise de métodos para o ensino coletivo de sopro e percussão, pois as “estratégias didáticas incluem outros meios que não apenas os instrumentos musicais, tais como meios audiovisuais e a voz humana”. Desta forma, na análise dos dados a partir das entrevistas com os quatro professores pesquisados sobre quais os conteúdos das aulas de Música são trabalhados com a percussão, entende-se que nem todas as atividades da aula de Música são trabalhadas a partir da percussão, assim como não são utilizados somente esses instrumentos para abordar todos os conteúdos.

Geralmente, a escolha dos conteúdos a serem trabalhados está ligada aos objetivos que o professor tem para a aula de Música. Ao serem questionados, os professores participantes destacaram uma atenção para o desenvolvimento da habilidade de escuta, de uma escuta consciente para se fazer música.

Dentre os conteúdos das aulas de Música, relacionados ao uso da percussão e apontados pelos professores, destacam-se os elementos do som (aqui trazidos como duração, intensidade, timbre e altura), estilos musicais e músicas de diferentes culturas, com atividades de percepção, sensibilização e exploração sonora (como o trabalho a partir de ritmos brasileiros, dentre outros). Sobre os elementos do som, as questões referentes ao pulso e ritmo talvez sejam as mais evidentes quando fala-se em um trabalho a ser desenvolvido utilizando a percussão.

Relacionado ao pulso, o conceito de duração é também trabalhado com a percussão através de comparações entre os sons produzidos pelos instrumentos. Isto é exemplificado na fala do Professor 2 :“Eu posso (bater) no pandeiro, (...) bater uma vez no tambor (surdo), (e perceber) se o tambor vai vibrar mais ou vibrar menos, se o som é longo ou curto”.

Muitas vezes, o uso da percussão acaba por ser limitado na escola em função da forte intensidade com que os alunos geralmente tocam inicialmente. O controle de intensidade, este volume dos toques, é outro ponto destacado pelos professores. Segundo o Professor 3, no trabalho com a percussão na escola “parece que o grande desafio é a questão da

intensidade sonora, o forte e fraco (...). É difícil fazer uma coisa rápida, precisa, porém numa intensidade média ou fraca”.

Por vezes, outra maneira de se trabalhar este conceito de intensidade também é comparando a projeção sonora entre os próprios instrumentos de percussão disponíveis. Sobre isto, o Professor 2 relata que uma das maneiras abordadas para que as crianças compreendam estes conceitos seriam atividades de comparação dentre os “instrumentos (...) que a gente tem”, identificando “qual vai fazer um som mais forte ou mais fraco”, por exemplo, sem necessariamente entrar em termos ou conceitos como *piano*, *mezzo-forte* ou *fortíssimo*. Além de questões de intensidade e duração, esta comparação entre os sons produzidos com percussão também é utilizada para ilustrar uma diversidade de timbres.

Mesmo que grande parte dos instrumentos de percussão não possua uma altura específica, a questão da altura e afinação foi também apontada como algo trabalhado nas aulas de Música com estes instrumentos. Pode-se abordar o tema inicialmente na perspectiva comparativa entre grave e agudo, como indicado pelo Professor 2 relatando uma atividade onde os alunos deveriam perceber “qual (...) instrumento vai ser o mais agudo que a gente tem (...), e qual tem o som mais grave”.

Sobre as questões de afinação, Marcelino (2014, p. 145) destaca que no processo de transmissão oral de conhecimento, as onomatopeias solfejadas se estabelecem como um recurso para compreender e memorizar as células rítmicas. Sendo estas ‘onomatopeias’, uma maneira de ‘cantar’ os toques (com alturas diferentes) a serem executados por cada um dos instrumentos de percussão do grupo. O Professor 1 destaca o xilofone como um “instrumento percussivo melódico” do qual faz uso quando aborda o “aprender cada nota, as alturas, as escalas, etc.”.

De modo geral, nas atividades com a percussão na escola pode-se também explorar as questões de arranjo e forma musical, além de todo o trabalho de composição e criação sonora a partir desses instrumentos. O professor pode adotar metodologias e estratégias para suas aulas, de acordo com os objetivos planejados e sua experiência com estes instrumentos, buscando sempre ultrapassar uma abordagem inicial dos elementos do som, células rítmicas e estilos musicais.

O Professor 1, para tratar de ritmos brasileiros, demonstra sua preferência pelo uso do pandeiro: “trabalho com o pandeiro também, porque tem muito a ver com a capoeira, tem a ver com os ritmos brasileiros”. Nesta mesma linha, o Professor 4 destaca o uso da percussão para se trabalhar “as músicas das regiões” quando fala da “questão dos ritmos brasileiros”: por meio da percussão é possível “ensinar algumas células rítmicas pra eles”.

A percussão apresenta-se também como um recurso para trabalhar questões de exploração sonora. Neste caso, utilizando instrumentos tradicionais e objetos, geralmente relacionados com atividades de percepção, apreciação e/ou sensibilização.

É interessante lembrar que mesmo que a maioria dos professores participantes desta pesquisa não se identifiquem como percussionistas, estes fazem uso da percussão em suas aulas de Música na escola, onde os objetivos propostos não são voltados à formação do músico instrumentista. Entende-se aqui que a formação de um músico percussionista acaba por abordar diversas estratégias, contemplando conteúdos e metodologias para além daqueles exemplificados pelos participantes. O contato com materiais próprios para o ensino de percussão, bem como o estudo e vivências com esses instrumentos, podem fazer o professor de educação musical ter outras abordagens em suas aulas.

Considerações Finais

A pesquisa com abordagem qualitativa permitiu conhecer os contextos onde os professores atuam, bem como entender suas concepções sobre os instrumentos de percussão e a maneira como são utilizados em suas aulas.

A partir da análise dos dados, os resultados apontaram para diversas formas de se abordar o uso da percussão na escola de Ensino Fundamental. Sendo cada professor um ser único e o fato de cada escola ter suas singularidades, é impossível indicar uma única maneira ou ter certeza plena dos produtos finais no trabalho com estes instrumentos para ensino da Música.

O uso da percussão certamente é pertinente ao trabalho realizado no contexto escolar. Seja pela variedade de timbres (dos instrumentos, corpo e/ou objetos) ou pela facilidade de práticas musicais significativas de maneira coletiva, estes instrumentos

agregam possibilidades diversas para o trabalho de musicalização desenvolvido na escola.

O que pode ser destacado, primeiramente, é a facilidade do uso da percussão para atividades de prática musical. Trabalhos explorando o som do corpo, de objetos ou de instrumentos tradicionais demonstram que para um primeiro contato com a música, estes instrumentos apresentam resultados musicais satisfatórios, um aspecto muito importante para trabalhar a motivação dos alunos. Atividades e vivências desenvolvidas em contexto de oficinas, grupos folclóricos ou em projetos sociais podem facilmente ser aplicadas em sala de aula, colaborando para uma aprendizagem mais significativa.

Percebe-se que são evidentes as possibilidades sonoras por meio do corpo e de objetos do cotidiano para a realização de práticas musicais na visão dos professores participantes da pesquisa. Entretanto, o trabalho com estes recursos e com os instrumentos tradicionais de percussão em sala muitas vezes fica limitado pela habilidade do professor, até mesmo pela falta de vivências musicais para ampliar as maneiras de utilizá-los. Além disso, recursos tecnológicos que exploram sons e timbres diversos, seja por meio de um *smartphone*, por um instrumento digital ou através de um acompanhamento gravado (rítmico e/ou harmônico), apresentam-se ainda pouco utilizados nas aulas dos professores participantes desta pesquisa.

Na cultura popular, são diversas as manifestações que envolvem a percussão. Por vezes, o aprender se dá nos momentos da prática, da apresentação, sem exatamente haver um ensino formalizado de como executar os instrumentos. O som e o movimento não são dissociados e a corporeidade faz parte da performance. Em um ensino formal como ocorrido na escola, muitas vezes baseado na transmissão de conhecimentos pela escrita, estas práticas de ensino se mostram como alternativas para romper com a hierarquia dos conhecimentos, enfatizado pelo uso da escrita, e ampliar formas de ensino da Música. Utilizar o corpo para se fazer música e perceber a relação dos movimentos para este fim, faz com que o ensino musical escolar também dialogue com os saberes da cultura popular, valorizando, inclusive, o respeito ao diferente.

A percussão é trabalhada de maneira coletiva em vários contextos. Em momentos de performance, diversos tipos de instrumentos desta família são executados simultaneamente e todos têm seu grau de importância e complexidade, porém se conectam

de maneira interdependentes para o resultado sonoro desejado. É preciso escutar, entender, respeitar e dialogar com o outro. Este aspecto pode ser transferido para práticas no contexto escolar. A opção do trabalho em uníssono sempre é válida, mas dinâmicas utilizadas em grupos de percussão, com diversas linhas rítmicas simultâneas se completando, que nem sempre tem complexidade tão avançada, pode ser mais uma alternativa de abordagem para a sala de aula. Esta proposta pode ser inclusive adaptada para outros instrumentos, de sopro, de corda ou da própria voz, a fim de conseguir diferentes resultados nas práticas musicais desenvolvidas na escola.

Outro ponto que poderia receber um investimento maior na escola está relacionado aos instrumentos disponíveis. Aumentar a variedade, a qualidade e a quantidade destes materiais para o trabalho em sala de aula poderia ampliar as atividades desenvolvidas e as formas de se trabalhar os conteúdos. Vários conteúdos da aula de Música podem ser abordados fazendo-se uso da percussão.

Questões relacionadas à pulsação e às células rítmicas de diversos estilos musicais ainda são as que aparecem com mais frequência nos discursos dos professores participantes. Dentre os elementos do som (altura, duração, intensidade e timbre), talvez questões relacionadas à afinação pudessem ser melhor exploradas se houvessem outros instrumentos disponíveis na escola.

Instrumentos percussivos afinados (de altura definida, ‘temperada’) como o xilofone, os tubos percussivos afinados e outros instrumentos de teclado (como o metalofone e/ou a lira marcial que fazem parte inclusive do conjunto instrumental de bandas) poderiam estar mais presentes no ambiente escolar, onde o comum é encontrarmos membranofones e idiofones presentes nos grupos de manifestações da cultura popular.

A formação do professor também uma questão que está relacionada à ampliação do uso da percussão na escola. Mesmo com instrumentos à disposição e um espaço adequado, o professor só conseguirá usufruir destes recursos se tiver propriedade no que faz. Disciplinas e práticas durante a graduação, cursos de formação continuada, oficinas e cursos específicos para um aprimoramento de questões técnicas, contato com metodologias diversas e materiais didáticos de qualidade, vivências com estes instrumentos e experiências

em diferentes contextos podem agregar ao trabalho deste profissional, refletindo em sua atuação no espaço escolar.

Sendo assim, espero que este estudo contribua na ampliação da compreensão de possibilidades de uso da percussão no ensino curricular de Música, E ainda que, o papel da formação dos professores, o diálogo entre a escola e as práticas sociais, e a elaboração e análise de materiais didáticos para o contexto escolar continuem sendo abordados pelos professores pesquisadores que atuam no âmbito da educação básica, considerando que estes foram aspectos que surgiram no decorrer das análises e que podem ser abordados por este mesmo viés da percussão.

Referências

MARCELINO, André Felipe. Grupo de maracatu Arrasta Ilha: dinâmicas de aprendizagem musical em uma comunidade de prática. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PAIVA, Rodrigo Gudin. Percussão: uma abordagem integradora nos processos de ensino aprendizagem desses instrumentos. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PUERARI, Márcia. Ensinar Música na Educação Básica: um estudo de caso sobre o processo de escolarização da Música na perspectiva de uma professora. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Jusamara. Aprendendo Música com objetos do cotidiano: experiências criativas. In: *Journal for Educators, Teachers and Trainers*, Vol. 5, 2013.

VECCHIA, Fabrício Dalla. *Educação musical coletiva com instrumentos de sopro e percussão: análise de métodos e proposta de sistematização*. Tese (Doutorado em Música) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.